

# DESIGUALDADE E POBREZA NAS FAMÍLIAS METROPOLITANAS: REDUÇÃO OU REPRODUÇÃO?<sup>1</sup>

*Lilia Montali<sup>2</sup>*

## **Introdução**

As áreas metropolitanas brasileiras foram afetadas com mais intensidade pelo processo de reestruturação produtiva e organizacional do que as áreas urbanas não metropolitanas e áreas rurais. Esse processo que se intensifica a partir de 1990 no país, vem atuando de forma diferenciada entre as regiões metropolitanas, relacionada à organização das atividades econômicas em cada uma delas. Associada ao baixo ritmo de crescimento da economia, a reestruturação produtiva elevou o patamar de desemprego e implicou em crescente precarização das relações de trabalho com redução do assalariamento regulamentado e aumento de vinculações menos protegidas, como trabalho autônomo e assalariamento sem registro, dentre outras formas. Nesse período acentua-se o empobrecimento nessas regiões. A partir de 2004 inicia-se a recuperação econômica, ampliam-se o emprego e as contratações regulamentadas, embora não correspondam a esse movimento acréscimos equivalentes nos rendimentos dos ocupados e nos rendimentos familiares.

Este artigo se propõe a analisar o impacto destes processos sobre as famílias das regiões metropolitanas brasileiras nos anos de 2004 e 2006, período que, além da retomada do crescimento econômico, corresponde também à ampliação do acesso aos programas de transferência de renda que atingem a 11 mil famílias no país no último ano. Dentre estes, merece destaque o Programa Bolsa Família, mais de 8.000 domicílios beneficiários em 2006 (IBGE-MDS, 2008).

Os resultados da PNAD 2004 (PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-IBGE), a primeira da série realizada após o início da implementação do Programa Bolsa Família no Brasil, suscitaram muitos es-

tudos que investigaram a redução da desigualdade de renda no país, buscando explicações para essa tendência (Dedecca, 2006; Hoffmann, 2006; Rocha, 2006; Barros e outros (org.), 2006). Há consenso neste debate sobre a participação de um conjunto de fatores na redução da desigualdade observada, dentre estes a ampliação dos programas sociais de transferência de renda, a recuperação do salário mínimo e uma pequena recuperação do emprego assalariado. Por outro lado, o atual debate sobre a redução das desigualdades de renda evidencia o peso das transferências de renda para esse fato (Soares e outros, 2006) e justifica a busca de maior conhecimento dos impactos das transferências de renda sobre as famílias beneficiárias.

Procura-se neste artigo identificar alguns efeitos da recuperação econômica e do acesso aos programas de transferência de renda sobre os arranjos domiciliares que apresentam maiores possibilidades de serem pobres.

Esses arranjos familiares apresentam maiores fragilidades para garantir a sobrevivência e apresentam características semelhantes nas regiões metropolitanas brasileiras. Foram assim identificados os arranjos domiciliares caracterizados pelas médias de renda domiciliar per capita mais baixas que a média regional e pela maior concentração nos decís inferiores de renda.

Considerando sua composição, os arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento são aqueles nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes, aqueles em que o casal tem idades entre 34 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes, e as famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes. Estão associados às etapas do ciclo de vida familiar: o primeiro, à etapa inicial, em que se dá a maior parte dos nascimentos; o segundo, à etapa de consolidação, com a presença de filhos menores e maiores de quatorze anos. Nos arranjos domiciliares chefiados por mulher sem cônjuge, com a presença de filhos e/ou parentes, encontramos maior concentração nas etapas de consolidação e de envelhecimento da família, com a presença de crianças, adolescentes e jovens. Estes arranjos domiciliares apresentam composições distintas, vivenciam momentos distintos do ciclo de vida familiar, mas têm em comum composição desfavorável para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho ou em atividades de geração de renda, por abrigarem crianças e adolescentes, ou idosos, bem como jovens com dificuldades de inserção, expressa nas taxas de geração de renda comparativamente mais baixas. São identificados por apresentarem rendimentos médios familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional, bem como por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decís inferiores de renda familiar per capita (Montali e Tavares, 2007; 2008).

De forma semelhante, Arriagada (2004, pp.52-53), em estudo sobre as famílias latino-americanas em zonas urbanas, aponta para maior incidência da pobreza nos lares monoparentais com chefia feminina e entre as famílias nucleares com filhos nas etapas do ciclo de vida familiar relacionadas à expansão e consolidação. Esta autora relaciona estruturas familiares e etapas do ciclo de vida familiar com a incidência da pobreza e de bem-estar em estudo que abrange famílias latino-americanas de 16 países.

Considerando esse contexto, o objetivo do artigo é investigar a redução da desigualdade de renda a partir das famílias. Investigam-se os arranjos domiciliares associados ao ciclo vital da família e à maior vulnerabilidade ao empobrecimento.

Resultados de nossa pesquisa em andamento<sup>3</sup> já indicam que embora se verifique, entre 2004 e 2006, aumento do rendimento familiar per capita para as famílias metropolitanas brasileiras, esse crescimento além de pequeno é desigual entre os domicílios considerando-se os tipos de arranjos domiciliares. Estes achados questionam a possibilidade de tendência de redução da desigualdade de renda entre os domicílios com arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais domicílios.

Retomando algumas de nossas conclusões, constatou-se redução nos domicílios com rendimento zero em todos os agrupamentos de regiões metropolitanas analisados. Embora pequena, foi mais expressiva nos domicílios identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, bem como em domicílios unipessoais femininos e masculinos, reduzindo a indigência. Entretanto, uma das hipóteses desse estudo não se confirmou, ou seja, a hipótese de que o acesso aos programas de transferência de renda e o contexto de retomada do emprego poderiam promover redução da desigualdade de rendimentos para os grupos de domicílios identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento. Pelo contrário, um dos índices observados é de movimento inverso, pois se por um lado ocorre pequena elevação no rendimento familiar per capita nas regiões metropolitanas brasileiras no período analisado, essa elevação é distinta entre os tipos de arranjos domiciliares e ocorre de forma desfavorável em relação aos três tipos de família identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, reproduzindo a desigualdade de renda entre os domicílios.

Assim, este artigo se propõe a aprofundar o estudo dessa questão através da análise, segundo os tipos de arranjos domiciliares, do acesso a programas sociais de transferência de renda e da identificação da composição da renda domiciliar em sua parcela oriunda do trabalho e daquela das transferências. A análise desse conjunto de informações é baseada nos microdados das PNAD-IBGE 2004 e 2006, que trazem informações sobre o acesso a programas governamentais de transferência de renda.

## **Regiões metropolitanas brasileiras: reestruturação produtiva e empobrecimento**

A tendência de metropolização da pobreza é evidenciada por estudos realizados por Sônia Rocha. Esta autora mostra, em um primeiro momento, a redução da proporção dos contingentes mais pobres no rural, relacionado aos processos de urbanização e de industrialização, e um comportamento menos favorável nas áreas urbanas não metropolitanas, bem como a tendência de metropolização da pobreza no período entre 1970 e 1999 (Rocha, 2003). Segundo Rocha, a queda das proporções de pobres e indigentes nas áreas rurais e a redução da população rural tornam a pobreza e a indigência no Brasil crescentemente fenômenos urbanos e metropolitanos.

Suas análises sobre os anos 90 e 2000, baseados nas PNAD-IBGE, revelam que entre 1995 e 2003 há tendência de crescimento da proporção de pobres no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, mais intenso que o ocorrido para o conjunto das áreas rurais e das áreas urbanas brasileiras (Rocha, 2006a). Indica também que a queda na proporção de pobres ocorrida em 2004 para todas as áreas de residência, foi comparativamente mais tênue para as regiões metropolitanas, referindo-se às 9 regiões metropolitanas que incluem as capitais estaduais.

Essa tendência foi reafirmada pelos dados da PNAD 2006. Segundo entrevista de Rocha ao *Jornal Folha de São Paulo*, há continuidade na queda da proporção de pobres na população brasileira, que passa a ser de 26,9%, no entanto há também continuidade da tendência de concentração da pobreza nas áreas urbanas e metropolitanas. Afirma ainda que em movimento contrário ao que ocorre na população do país, nas regiões metropolitanas constata-se o crescimento da proporção de pobres: em 2005, 35,5% dos pobres do país estavam nessas áreas e, em 2006, 36,3% deles (Soares, 2007).

Há, no entanto, diferenças nesse comportamento entre as regiões metropolitanas, segundo o estudo de Rocha (2006a) que aponta comportamento desfavorável mais acentuado para a de São Paulo com evolução adversa da pobreza entre 2003 e 2004. Mostra ainda que o comportamento do estrato metropolitano, que é uma média dos resultados das regiões metropolitanas brasileiras, é afetado pelo maior peso relativo da região metropolitana de São Paulo. Elenca quatro fatores explicativos do maior empobrecimento na região metropolitana de São Paulo, quais sejam: a) a fraca criação de postos de trabalho; b) evolução desfavorável do rendimento do trabalho; c) aumento relativamente forte do custo de vida dos pobres; d) menor impacto positivo dos programas de transferência de renda com valores fixados com base em parâmetros nacionais.

Estas informações somam-se ao fato de que o processo de reestruturação produtiva afetou com mais intensidade as áreas metropolitanas

brasileiras em detrimento das áreas urbanas não metropolitanas e áreas rurais, bem como, de que vem atuando de forma diferenciada entre as regiões metropolitanas relacionada à organização das atividades econômicas em cada uma delas.

Conforme já mencionado, a reestruturação produtiva que se intensifica a partir de 1990 elevou o patamar de desemprego e implicou em crescente precarização das relações de trabalho com redução do assalariamento regulamentado e aumento de vinculações menos protegidas, tais como trabalho autônomo e assalariamento sem registro. Estas mudanças no mercado de trabalho provocaram desde o início dos anos 90 progressiva queda dos rendimentos dos ocupados. Estudo da Fundação SEADE e DIEESE (2006)<sup>4</sup> sobre o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas, mostra queda no rendimento médio real dos ocupados entre 1998 e 2005, da ordem de 4,1% ao ano, equivalendo a uma perda acumulada no período de 25,6%. Evidencia que as perdas mais intensas ocorreram nas áreas metropolitanas de São Paulo e de Recife, da ordem de 5,0 % ao ano e 4,9% a.a. respectivamente. Outros estudos vêm apontando a queda do rendimento dos ocupados nesse período (Mendonça e Hoffmann, 2006; SEADE, 2007; Rocha, 2006, dentre outros).

Embora a retomada do crescimento do emprego a partir de 2004 e a elevação do rendimento dos ocupados, dados anualizados da Fundação SEADE para um conjunto de regiões metropolitanas indicam elevação bastante modesta do crescimento do rendimento real dos ocupados. Na comparação entre os anos de 2006 e 2007, o emprego cresce 3,5% nas regiões metropolitanas, ao passo que o rendimento médio dos ocupados cresce 1,3%. Retomando a análise a partir de 1998, os dados da Fundação SEADE mostram entre 1998 e 2007 a permanência da queda do rendimento médio real dos ocupados (-22,6%), concomitante ao crescimento do emprego de 26,3%. Essas tendências são interpretadas como indicativas de crescimento do emprego com remunerações baixas, incluindo-se os assalariados, pois para estes é mais acentuado o crescimento do emprego (34,6%), porém permanece elevada a queda do rendimento (-19,8%) para o mesmo período<sup>5</sup>.

Relacionado a tais processos, foi constatado o empobrecimento dos domicílios nos anos 90 e início dos 2000 na Região Metropolitana de São Paulo por estudo que analisou dados da série PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE desde 19895 (Montali, 2004a; 2006). A queda da renda familiar per capita reflete a queda dos rendimentos do trabalho decorrente da precarização e do desemprego recorrente sob a reestruturação produtiva e o baixo crescimento econômico até 2004. Enquanto uma forma de enfrentamento do desemprego e da mudança do padrão do emprego, que afetou mais fortemente os provedores masculinos e filhos jovens, bem como possibilitou a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, constatou-se a articulação de

rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, com maior participação da cônica e da chefe feminina em atividades remuneradas e na provisão familiar. O estudo longitudinal da segunda metade dos anos 80 até a primeira metade dos anos 2000 evidenciou que esses rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho atenuaram o empobrecimento, porém não conseguiram impedir a queda da renda domiciliar, no caso da Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2006).

Buscando conhecer se os rearranjos familiares de inserção no mercado e as mudanças na relação família-trabalho ocorriam também nas demais regiões metropolitanas brasileiras, pesquisou-se a generalização e as especificidades desse processo na década de 2000 (Montali, 2008). Constatou-se nas regiões metropolitanas brasileiras convergência em relação aos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e na responsabilidade pela provisão familiar através da análise dos microdados da PNAD 2004 e 2006-IBGE. As variações regionais encontradas estão relacionadas às especificidades dos arranjos familiares vigentes em cada região, à estrutura etária da população e, também, às características da organização das atividades econômicas e do processo distinto que a reestruturação assumiu em cada uma delas (Montali e Tavares, 2007 e Montali, 2008). Constatou-se, também, semelhanças nas regiões metropolitanas brasileiras no que se refere aos grupos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento, referidos acima.

## **A recente redução da desigualdade**

Como mencionado na introdução, a redução da desigualdade de renda no Brasil a partir de 2002, foi apontada por vários estudos. O indicador usualmente utilizado nessas análises é o índice de Gini ou o coeficiente de Gini. Segundo Soares (Soares, 2008), o coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita cai de 59,4 em 2001 – patamar em que se encontrava desde 1999 -, para 58,7 em 2002. A tendência de redução continua nos anos seguintes, quando o coeficiente de Gini passa ser de 56,9 em 2004, e de 55,9 em 2006. Ainda segundo Soares a redução de 3,5 pontos no coeficiente de Gini (x 100) no período equivale a 0,7 pontos ao ano.

Nas regiões metropolitanas brasileiras também ocorre redução da desigualdade de renda domiciliar per capita da ordem de 1,2 pontos percentuais segundo o coeficiente de Gini, entre 2004 e 2006. Entre as regiões metropolitanas (RM) há diferenças na redução, mais acentuada nas regiões metropolitanas da Região Nordeste e nas da Região Sudeste.

As regiões metropolitanas brasileiras apresentam tanto em 2004, como em 2006, indicadores mais elevados de concentração da renda domiciliar per capita comparativamente ao país, mesmo tendo apresentado redução maior do coeficiente de Gini de 1,2 pontos, enquanto, para o Brasil, essa redução foi de um ponto.

**Tabela 1**  
**Índice de Gini para 2004 e 2006**  
**Agrupamento de Regiões Metropolitanas segundo Grandes Regiões**

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
2004	56,16	61,34	56,48	55,60	57,74
2006	55,76	58,75	55,40	54,62	56,53

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006

Nas regiões metropolitanas brasileiras também se observam tendências apontadas para o Brasil na literatura, quais sejam de elevação da renda domiciliar per capita, bem como de crescimento mais acentuado do rendimento médio dos domicílios nos decís inferiores, resultando na redução da desigualdade nas áreas metropolitanas.

Se por um lado o conjunto de indicadores sugere a redução da desigualdade nas regiões metropolitanas brasileiras, ao se considerar os domicílios segundo arranjos domiciliares a indicação é de manutenção da desigualdade de rendimentos entre aqueles indicados como os mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais.

Como mencionado na Introdução, a hipótese de que o contexto de retomada do emprego e o acesso aos programas de transferência de renda, verificados entre 2004 e 2006, poderiam promover redução da desigualdade de rendimentos para os grupos de domicílios identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento não se confirmou. A pequena elevação no rendimento familiar per capita que ocorreu nas regiões metropolitanas brasileiras no período analisado é distinta entre os tipos de arranjos domiciliares e ocorre de forma desfavorável em relação aos três tipos de família identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, reproduzindo a desigualdade de renda entre os domicílios (Tabela 2).

Os três arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, apresentam em termos comparativos os níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita e, também, apresentam maior concentração nos decís inferiores de renda domiciliar nos dois momentos analisados. No período analisado, cerca de 44% dos domicílios do conjunto metropolitano encontram-se abaixo da renda per capita mediana. Ao se cotejar as proporções de arranjos domiciliares por tipologia e a sua distribuição por decís de renda (Tabela 3), verifica-se que os três tipos de arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento compõem 58% das famílias do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, no entanto correspondem a cerca de 79% das famílias que se encontram até o segundo decil de renda, correspondente aos 20% mais pobres; e a 71% dos domicílios que se encontram abaixo do valor mediano metropolitano, que identifica os 50% mais pobres nos anos de 2004 e 2006.

**Tabela 2**  
**Rendimento domiciliar per capita médio segundo tipos**  
**de arranjos domiciliares. Agrupamento de Regiões Metropolitanas**  
**segundo grandes Regiões. 2004 e 2006**

Tipos de arranjos	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Total
<b>2004 (*)</b>					
Casais	341,1	364,3	573,3	630,6	535,2
Casal sem filhos	687,3	650,2	1.055,3	1.013,2	979,0
Casal com filhos e parentes	305,8	334,7	507,5	570,5	476,6
Casal até 34 anos com filhos e parentes	223,0	225,5	348,3	385,6	324,9
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	334,1	365,9	538,8	580,6	507,9
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	414,9	475,2	743,3	925,2	703,0
Chefe feminina sem cônjuge	337,7	331,9	564,5	593,6	507,8
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	320,1	307,1	493,4	498,2	444,1
Chefe feminina unipessoal	815,9	810,5	1.223,5	1.289,4	1.176,1
Chefe masculino sem cônjuge	496,4	591,2	973,8	1.121,1	898,0
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	404,7	483,6	767,4	806,4	696,4
Chefe masculino unipessoal	784,3	827,2	1.365,5	1.619,3	1.289,9
Total	349,6	367,2	590,7	647,6	546,9
<b>2006</b>					
Casais	404,0	426,5	695,4	663,3	630,7
Casal sem filhos	722,0	710,4	1.173,2	1.073,9	1.074,8
Casal com filhos e parentes	375,6	392,3	623,1	592,5	565,9
Casal até 34 anos com filhos e parentes	244,5	262,1	397,8	377,8	361,2
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	394,9	414,7	648,8	602,1	591,8
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	533,4	590,2	897,4	982,4	839,8
Chefe feminina sem cônjuge	350,8	371,4	623,2	660,9	563,2
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	330,2	342,5	552,9	560,6	497,7
Chefe feminina unipessoal	917,9	882,6	1.248,0	1.404,7	1.221,3
Chefe masculino sem cônjuge	525,6	665,9	1.079,3	1.126,0	992,8
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	352,5	519,9	783,8	761,0	716,4
Chefe masculino unipessoal	1.065,2	969,3	1.651,8	1.762,7	1.535,9
Total (1)	397,6	424,0	700,4	685,3	634,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados.

(1) O total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

(\*) Em valores de 2006 (INPC).

Estes três tipos de arranjos domiciliares considerados mais vulneráveis ao empobrecimento, comparativamente aos demais tipos de arranjos domiciliares analisados, apresentam as maiores proporções entre os domicílios que se encontram abaixo do 5º decil da distribuição de renda domiciliar per capita das regiões metropolitanas brasileiras, que coincide com o valor do salário mínimo em 2006. Assim, em 2006, encontram-se

abaixo da mediana da distribuição de renda domiciliar per capita metropolitana 67% dos domicílios nucleados pelo casal de até 34 anos com filhos, 48,6% dos domicílios nucleados pelo casal entre 35 a 49 anos com filhos e 52% dos domicílios nucleados pelo chefe feminino sem cônjuge com filhos (Tabela 3). Em contraste, nos demais tipos de arranjos domiciliares as proporções variam entre 22% e 36% abaixo do 5º decil, ou seja, dentre os 50% mais pobres em 2006.

Essa concentração dos arranjos domiciliares aqui identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento nas faixas inferiores da renda domiciliar per capita é evidenciada ao se analisar a distribuição dos rendimentos domiciliares segundo faixa de salário mínimo. Ressalta-se a concentração destes nas categorias equivalentes a até um salário mínimo e a acentuação dessa concentração em 2006, embora ocorram reduções daqueles sem rendimento (Tabela 4).

**Tabela 3**  
**Distribuição dos domicílios por arranjos domiciliares, segundo tamanho médio e distribuição nos decis inferiores da renda domiciliar per capita.**  
**Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2004 e 2006**

Tipos de arranjos	Tamanho médio	Distribuição	% Coluna		% Linha	
			Distribuição nos decis inferiores			
<b>2004 (*)</b>			<b>20%</b>	<b>50%</b>	<b>20%</b>	<b>50%</b>
Casais	3,8	63,9	65,4	65,8	15,6	44,5
Casal sem filhos	2,2	13,1	3,4	7,4	3,9	24,5
Casal com filhos e parentes	4,2	50,8	62,0	58,4	18,6	49,7
Casal até 34 anos com filhos e parentes	3,9	17,0	31,1	25,9	27,2	64,3
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	4,4	20,5	20,5	21,2	15,3	44,9
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	4,4	9,8	5,4	6,7	8,6	30,7
Chefe feminina sem cônjuge	2,8	26,9	29,3	28,1	16,5	44,9
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	3,3	20,5	27,2	24,2	20,1	50,8
Chefe feminina unipessoal	1,0	6,4	2,0	3,9	4,8	25,9
Chefe masculino sem cônjuge	1,8	9,2	5,4	6,1	8,8	28,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	3,0	3,7	2,3	2,8	9,4	32,7
Chefe masculino unipessoal	1,0	5,5	3,1	3,3	8,4	25,5
Total (1)	3,4	100,0	100,0	100,0	15,2	43,1
<b>2006</b>						
Casais	3,7	62,9	65,7	65,3	15,9	46,0
Casal sem filhos	2,2	13,8	3,4	8,1	3,8	26,1
Casal com filhos e parentes	4,2	49,2	62,3	57,2	19,3	51,6
Casal até 34 anos com filhos e parentes	3,9	15,8	30,3	24,3	28,7	67,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	4,3	20,0	22,1	21,9	16,9	48,6
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	4,2	10,2	5,0	7,0	7,7	31,1
Chefe feminina sem cônjuge	2,7	27,4	29,3	28,5	16,3	46,1
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	3,3	20,8	27,3	24,4	20,0	52,1
Chefe feminina unipessoal	1,0	6,7	2,0	4,1	4,5	27,3

Chefe masculino sem cônjuge	1,8	9,7	5,1	6,2	7,9	28,1
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	3,0	4,0	2,8	3,3	10,6	36,8
Chefe masculino unipessoal	1,0	5,7	2,3	2,9	6,1	22,2
Total (1)	3,3	100,0	100,0	100,0	15,2	44,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados  
O total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

(\*) Em valores de decís do rendimento de 2006.

A elevação do rendimento domiciliar per capita que ocorreu para todos os tipos de arranjo domiciliar é identificada também através da distribuição dos domicílios segundo estratos com base no salário mínimo. Três pequenas mudanças podem ser ressaltadas nessa análise referente à evolução entre 2004 e 2006: pequena redução da proporção de domicílios com rendimento zero (0,5 pontos percentuais), pequeno aumento na proporção de domicílios com até um salário mínimo (3,9 pontos percentuais) e na proporção daqueles entre meio e um salários mínimos (4,6 pontos percentuais). Nos demais estratos não ocorreram acréscimos (Tabela 4).

**Tabela 4**  
**Distribuição dos domicílios por faixas de rendimento domiciliar per capita, segundo tipologia de arranjos domiciliares \*  
Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2004 e 2006**

Tipologia de arranjos	Sem rendimento	Até 0,5 SM	Mais de 0,5 a 1 SM	Mais de 1 a 1,5 SM	Mais de 1,5 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Total
<b>2004 (*)</b>									
Casais	1,2	14,4	23,2	17,2	23,7	10,0	7,1	3,3	100
Casal sem filhos	1,1	2,8	13,9	17,9	30,9	14,0	11,0	8,4	100
Casal com filhos e parentes	1,2	17,4	25,6	17,0	21,9	9,0	6,0	2,0	100
Casal até 34 anos com filhos e parentes	2,1	25,2	31,7	16,5	16,0	5,0	2,8	0,9	100
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	0,8	14,5	24,1	16,7	24,5	10,3	7,0	2,1	100
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	0,4	8,3	17,0	17,3	27,8	14,6	10,7	4,0	100
Chefe feminina sem cônjuge	2,0	14,4	19,9	18,3	23,0	10,7	7,2	4,5	100
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	1,7	18,4	25,1	15,7	21,3	9,8	5,5	2,4	100
Chefe feminina unipessoal	3,0	1,9	3,0	26,7	28,2	13,6	12,4	11,3	100
Chefe masculino sem cônjuge	3,4	5,5	10,0	18,9	26,9	15,4	10,7	9,3	100
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	1,2	8,2	18,0	16,7	26,2	14,3	9,8	5,7	100
Chefe masculino unipessoal	4,8	3,6	4,7	20,4	27,4	16,1	11,3	11,7	100
Total (1)	1,6	13,6	21,1	17,6	23,8	10,7	7,4	4,2	100

2006									
Casais	0,8	18,7	26,6	16,8	21,0	7,7	5,9	2,5	100
Casal sem filhos	1,0	6,5	18,7	17,8	29,5	11,0	9,8	5,9	100
Casal com filhos e parentes	0,7	22,2	28,8	16,5	18,7	6,8	4,8	1,6	100
Casal até 34 anos com filhos e parentes	1,4	32,2	33,4	14,3	12,6	3,8	1,9	0,3	100
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	0,5	19,8	28,4	17,0	19,7	7,6	5,5	1,7	100
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	0,1	9,3	21,7	19,2	27,6	10,6	8,0	3,5	100
Chefe feminina sem cônjuge	1,4	18,6	26,1	15,1	21,2	8,4	6,7	2,5	100
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	1,2	23,8	27,2	15,7	19,3	6,7	5,0	1,2	100
Chefe feminina unipessoal	2,1	2,5	22,7	13,3	27,2	13,7	12,1	6,5	100
Chefe masculino sem cônjuge	2,8	6,6	18,7	16,4	26,7	11,2	10,5	7,0	100
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	1,7	12,4	22,6	17,8	25,1	10,1	7,0	3,2	100
Chefe masculino unipessoal	3,5	2,7	16,0	15,4	27,9	11,9	12,9	9,7	100
Total (1)	1,1	17,5	25,7	16,3	21,6	8,2	6,6	3,0	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

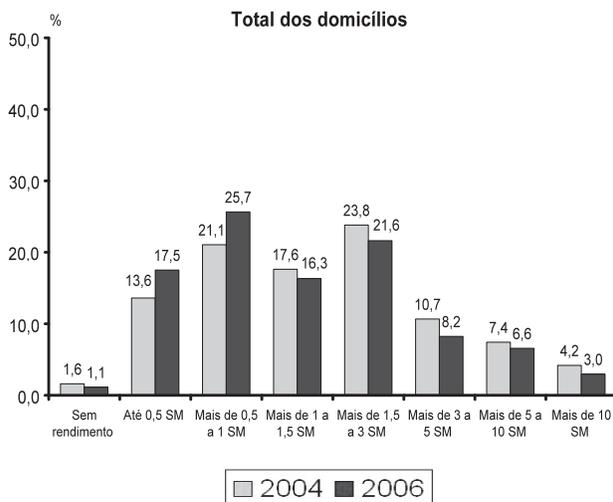
Microdados Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

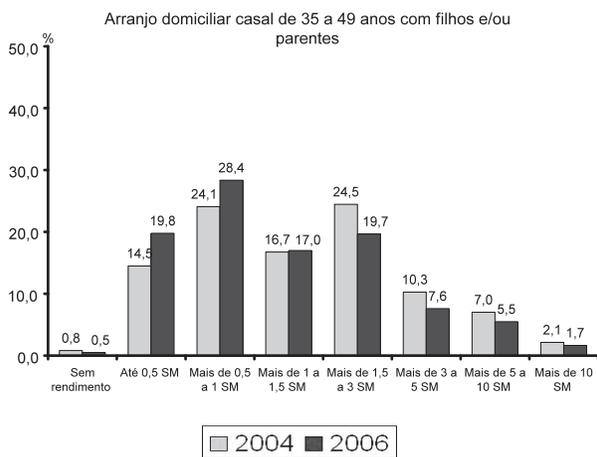
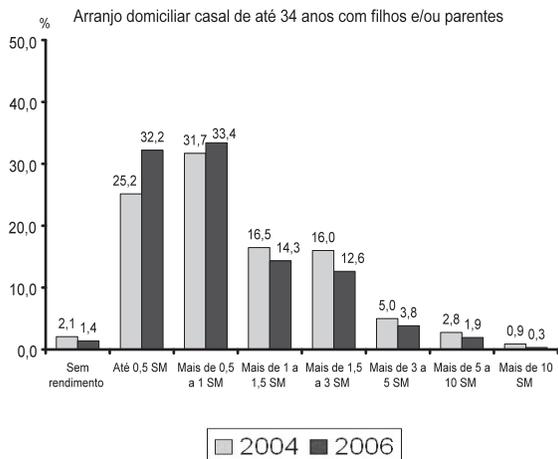
(1) O total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual)

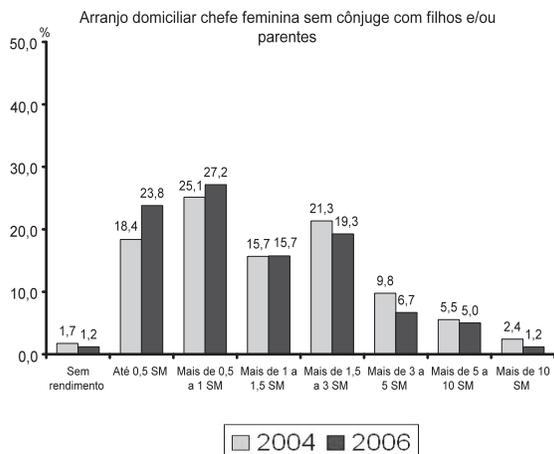
(\*) Em valores de 2006 (INPC); salário mínimo de 2006 R\$ 350,00.

**Gráfico 1**

**Distribuição dos domicílios por faixas de rendimento domiciliar per capita, segundo salários mínimos. Regiões Metropolitanas Brasileiras – 2004 e 2006**







Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2006.

Em valores de 2006. Salário mínimo: de 2004 R\$ 260,00 e de R\$ 350,00.

É importante notar que embora a redução dos domicílios com renda zero seja pequena em pontos percentuais para a média dos domicílios metropolitanos (0,5%), foi mais expressiva naqueles mais vulneráveis ao empobrecimento, sob análise, e nos domicílios unipessoais femininos e masculinos. Conforme mencionado acima, entre 2004 e 2006 ocorre importante aumento daqueles que se encontram nas faixas de até meio salário mínimo e um salário mínimo.

Presumimos que a redução da proporção de domicílios com renda zero nas regiões metropolitanas brasileiras seja uma evidência de impactos de programas de transferência de renda. Essa redução foi observada com intensidade semelhante em todos os agrupamentos de áreas metropolitanas segundo as grandes regiões, com a exceção daquelas da região Sul, onde essa redução apresentou menor intensidade. Concomitante a essa redução evidencia-se variação positiva entre 2004 e 2006 apenas para as faixas de rendimento domiciliar per capita entre 0,5 e 1 salário mínimo. Com base nesse movimento pode-se afirmar que há indícios de redução da indigência, porém com pequeno impacto na redução da pobreza, até o momento analisado. Esta interpretação é sugerida também por pesquisadores que interpretaram os dados da PNAD 2004 já referidos (Barros et al., 2006).

A interpretação de redução da indigência com pequeno impacto na redução da pobreza é respaldada pelo contexto de precarização do trabalho referido no início deste artigo e de permanência de elevado desemprego metropolitano no período sob análise, embora com tendência de arrefecimento, além do crescimento da economia pouco intenso até 2006. Ocorrem também nesse período elevação do emprego e do emprego

regulamentado, porém é ainda pequena recuperação da renda dos ocupados e muito pequena elevação da renda familiar per capita nas regiões metropolitanas.

### **Os programas de transferência: pobreza e desigualdade**

Ainda é bastante modesto o acesso dos domicílios das metrópoles brasileiras a programas de transferência de renda. Cerca de 9% deles têm acesso a pelo menos um programa dessa natureza por ocasião do levantamento feito pelo PNAD-IBGE em 2004 e pouco mais de 11% em 2006. Esse percentual seria insuficiente mesmo para atender aos domicílios com rendimento familiar per capita situados nos dois decís inferiores de renda, que perfazem cerca de 15% dos domicílios metropolitanos nos dois momentos.

Dentre os domicílios brasileiros, 18,3% correspondem à proporção dos que receberam transferência de renda de programa social do governo (IBGE, 2008: Tabela 1.2.3). Há também diferenças regionais na distribuição dos domicílios brasileiros com acesso a tais programas governamentais, estando as maiores proporções nas regiões Nordeste (35,9%) e Norte (24,6%), seguidos pelas das regiões Centro-Oeste (18%), Sul (10,4%) e Sudeste (10,3%).

Embora insuficiente para as regiões metropolitanas brasileiras, o acesso à transferência de renda de programa social do governo mostra-se bem focalizado, pois cerca de 91% dos domicílios beneficiários encontram-se entre os 50% mais pobres nos anos de 2004 e de 2006. Também indicam a focalização dos programas sociais de transferência de renda as proporções mais elevadas do que a média no acesso pelos domicílios caracterizados por arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento.

Para o conjunto dos domicílios metropolitanos segundo decís de renda familiar per capita, foram encontradas semelhanças em 2004 e em 2006 nas proporções daqueles com acesso a programas governamentais de transferência de renda entre os decís inferiores de renda familiar per capita. Assim, entre os 10% mais pobres, cerca de 27% têm acesso a tais programas, entre os 20% mais pobres, cerca de 53% dos domicílios têm acesso e, entre os 50% mais pobres, estão cerca de 91% dos domicílios com acesso a algum tipo de programa de transferência de renda governamental. Apenas 9% dos domicílios que têm acesso a tais programas estão situados nos 6º, 7º e 8º decís. Estes dados indicam a focalização nos estratos de renda mais baixos (Montali e Tavares, 2008).

Visando investigar o acesso dos domicílios aos programas de transferência de renda utilizou-se de um recurso enquanto aproximação para análise. A estimativa do acesso dos domicílios metropolitanos a benefícios de transferência de renda foi calculado a partir da variável V1273 (Outros rendimentos recebidos na semana de referência), que inclui o rendimento mensal recebido de programa governamental de transferência de renda e

também os juros de aplicações financeiras. Para estimar os benefícios oriundos das transferências de renda utilizamos a referida variável, adotando como critério a exclusão dos domicílios situados nos decís 9º e 10º de rendimento familiar per capita, que correspondem a rendimentos superiores a R\$ 705,20 em 2004 e a R\$ 800,00 em 2006 (em valores de 2006)<sup>6</sup>.

O impacto dos valores transferidos por tais programas sociais sobre o rendimento familiar per capita dos domicílios com acesso é evidenciado na Tabela 5 e dois aspectos podem ser apontados.

O primeiro aspecto é o maior peso das transferências nos domicílios situados no primeiro decil de renda familiar per capita e a redução gradual do mesmo a partir do segundo decil. No caso dos domicílios de casais de até 34 anos com filhos e de casais de 35 a 49 anos com a presença de filhos, os percentuais de transferências sobre a renda per capita domiciliar são mais relevantes sobre aqueles situados nos três decís inferiores de renda. No caso dos domicílios das chefes femininas sem a presença de cônjuge e com filhos e/ou parentes, ainda que com menor intensidade do que ocorre no primeiro decil, a proporção das transferências sobre a renda per capita é relevante em praticamente todos os decís de renda.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que no primeiro e no quinto decís são especialmente relevantes os impactos das transferências de renda para os domicílios unipessoais femininos e masculinos. O programa Bolsa Família possibilita o acesso ao benefício para famílias pobres sem filhos e possivelmente foi incorporado um maior número de domicílios em situação de indigência, ampliando-se o impacto das transferências nos domicílios unipessoais femininos e masculinos no primeiro decil de renda familiar per capita, com importante peso na renda domiciliar (Tabela 5). A concentração no quinto decil indica o acesso desses domicílios ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo valor é um salário mínimo. O corte de renda do quinto decil é muito próximo ao valor do salário mínimo nos anos de 2004 e 2006.

**Tabela 5**  
**Proporção da transferência de renda segundo decis do rendimento domiciliar per capita por tipologia de arranjo domiciliar - Estimativa (%) (1). Domicílios com acesso aos programas sociais. Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2004 e 2006.**

	Decil 1	Decil 2	Decil 3	Decil 4	Decil 5	Decil 6	Decil 7	Decil 8	Total
<b>2004 (*)</b>									
Casais	23,0	14,8	11,9	10,5	13,1	10,3	10,2	8,6	13,0
Casal sem filhos	34,1	19,0	24,3	18,7	31,5	18,1	13,5	12,8	19,5
Casal com filhos e parentes	22,8	14,6	11,0	9,8	9,3	8,7	9,4	6,9	12,1
Casal até 34 anos com filhos e parentes	24,7	15,5	11,7	9,5	8,0	7,6	10,7	6,9	13,5
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,2	13,5	9,9	7,2	7,9	6,9	7,0	5,9	10,5
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	18,9	15,4	12,0	14,6	13,9	13,1	10,8	7,4	13,1
Chefe feminina sem cônjuge	33,4	20,0	18,2	15,9	32,1	17,0	19,0	16,0	21,4
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	32,9	19,3	17,4	15,2	17,9	15,9	15,8	13,9	18,3
Chefe feminina unipessoal	78,1	49,0	51,5	49,0	79,0	24,8	38,6	19,3	45,6
Chefe masculino sem cônjuge	34,9	23,8	26,1	20,9	59,8	22,6	22,3	24,0	30,2
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	25,4	21,0	25,1	21,8	22,0	18,8	10,5	13,3	18,7
Chefe masculino unipessoal	88,3	46,3	31,8	14,4	81,2	29,1	34,7	33,1	46,8
Total (2)	25,1	16,1	13,8	12,1	21,3	12,8	13,4	12,0	15,8
<b>2006</b>									
Casais	24,4	15,3	15,0	13,5	17,6	13,1	14,1	11,0	15,7
Casal sem filhos	36,1	24,1	35,4	27,3	39,0	23,9	20,5	14,8	26,0
Casal com filhos e parentes	24,1	15,0	13,1	12,2	12,7	10,5	11,6	9,6	14,1
Casal até 34 anos com filhos e parentes	25,3	14,5	12,3	9,9	10,0	9,0	11,0	9,2	14,2
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	22,9	14,0	12,1	10,0	10,2	9,0	10,9	10,0	12,7
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	24,0	18,9	16,9	19,0	19,9	15,0	12,6	9,4	16,7
Chefe feminina sem cônjuge	34,9	21,3	22,2	19,7	38,6	19,4	23,5	18,6	25,2
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	33,7	20,7	21,8	19,3	22,3	17,4	18,8	16,0	21,3
Chefe feminina unipessoal	78,3	50,9	41,6	36,7	96,1	27,0	39,5	24,9	51,6
Chefe masculino sem cônjuge	34,6	25,3	26,6	16,5	70,4	33,6	35,6	27,0	38,1
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	26,8	22,3	24,1	15,0	26,9	22,0	22,2	20,9	22,2
Chefe masculino unipessoal	84,3	59,1	51,3	24,3	95,1	48,7	47,9	34,6	60,5
Total (2)	26,6	16,9	17,1	15,0	27,3	16,0	18,5	14,5	19,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2006

(1) Estimativa obtida através da variável V1273

(2) O total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual)

(\*) Em valores de 2006 (INPC)

O acesso a programas se distribui segundo os distintos arranjos domiciliares associados a ciclos vitais da família (Tabela 6). O Benefício de Prestação Continuada, que atende deficientes e principalmente idosos em

situação de risco, apresenta peso maior entre as famílias unipessoais masculinas e femininas - caracterizadas por idosos -, entre os arranjos nucleados pelos casais de 50 anos e mais, com filhos e/ou parentes, bem como entre os casais sem filhos residentes, dentre os quais uma parcela importante é composta por idosos. Representa ainda cerca de 13% dos benefícios a que têm acesso os domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge, lembrando que 55% das chefes nesses arranjos têm 50 anos e mais. Nos demais arranjos familiares é pouco expressiva sua participação (Tabela 6).

Os programas Bolsa-Família e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), por sua vez apresentam peso importante entre os programas de transferência de renda a que têm acesso os três tipos de arranjos já mencionados como mais vulneráveis ao empobrecimento por contarem em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens, ou seja, os tipos de arranjo domiciliar: casal de até 34 anos, com filhos e/ou parentes, casal entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes, e chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes (Tabela 6).

**Tabela 6**  
**Distribuição dos domicílios com acesso a programas de transferência de renda por arranjos domiciliares, segundo programa.**  
**Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2006**

Tipos de arranjos domiciliares	BOLSA FAMÍLIA	BPC-LOAS	PETI	OUTRO PROGRAMA (2)	TOTAL
Casais	76,23	8,94	1,14	13,69	100,00
Casal sem filhos	49,89	35,15	1,15	13,81	100,00
Casal com filhos e parentes	77,64	7,54	1,14	13,68	100,00
Casal até 34 anos com filhos e parentes	82,87	3,39	1,07	12,68	100,00
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	79,09	4,96	1,16	14,79	100,00
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	55,82	30,07	0,68	13,43	100,00
Chefe feminina sem cônjuge	70,63	15,38	0,81	13,19	100,00
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	72,35	13,24	0,84	13,56	100,00
Chefe feminina unipessoal	32,38	62,71	0,00	4,92	100,00
Chefe masculino sem cônjuge	41,64	39,76	0,00	18,60	100,00
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	48,04	31,65	0,00	20,31	100,00
Chefe masculino unipessoal	6,14	84,72	0,00	9,14	100,00
Total (1)	73,57	11,75	1,01	13,67	100,00

*Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006*

(1) o total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual)

(2) Federal, Estadual ou Municipal.

Pretende-se nesta altura da análise retomar a discussão sobre a redução ou reprodução da desigualdade, tendo por foco a desigualdade de rendimentos entre domicílios com distintos arranjos familiares.

Segundo análise de Wajzman e outros, 2006, considerando variáveis demográficas relacionadas à idade e sexo, as mudanças recentes nos arranjos familiares não afetam a distribuição de renda no país. No entanto, ressaltamos que o que provoca a reprodução da desigualdade de renda domiciliar per capita entre os tipos de arranjos familiares são sua composição e as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, aos benefícios relacionados a este e aos programas sociais a que têm acesso. No caso dos arranjos domiciliares identificados neste texto como mais vulneráveis ao empobrecimento, estes têm em sua composição familiar, como constante, a presença de crianças e adolescentes e, em alguns deles também se soma a presença de idosos. Esse conjunto de características indica grupos com maiores restrições para absorção no mercado de trabalho e apresentam taxas de geração de renda mais baixas (Montali e Tavares, 2008).

Por outro lado, considerando-se o acesso destes domicílios a programas sociais de transferência de renda, observa-se que exatamente estes arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento (nucleados por casais de até 34 anos com filhos; casais entre 35 e 49 anos com filhos; e chefe feminino sem cônjuge e com filhos) têm, predominantemente, acesso a o Programa Bolsa Família - que transfere benefícios com valores mais baixos - e pequeno acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), cujo valor é de um salário mínimo (Tabela 6). Os demais tipos de arranjos domiciliares que apresentam rendimento domiciliar per capita mais elevados e que incluem maior proporção de pessoas de 60 anos e mais, são os que têm acesso ao BPC, cujo valor, como mencionado, é de um salário mínimo. São esses domicílios também os que contam com aposentadorias e pensões para a composição do rendimento domiciliar (Tabelas 7 e 8).

Embora não sejam elevados os valores médios das transferências de renda por domicílio com acesso, fica evidente a disparidade do valor entre os domicílios caracterizados por arranjos associados às etapas inicial e de consolidação do ciclo de vida familiar e aqueles associados à etapa do envelhecimento da família (Tabela 7).

Destacam-se com valores médios mais elevados de transferência por domicílio aqueles unipessoais masculinos e femininos (respectivamente R\$ 321,00 e R\$ 246,00), os casais sem filhos, mas que podem contar com a presença de parentes (R\$ 200,00) e os casais de 50 anos ou mais com filhos e/ou parentes (R\$ 190,00). Entre os valores médios mais baixos estão, por ordem direta de maior vulnerabilidade ao empobrecimento, os casais de até 34 anos com filhos (R\$ 81,50), os casais entre 35 a 49 anos com filhos (R\$ 88,00) e a chefe feminina sem cônjuge e com filhos (R\$ 121,00) (Tabela 7).

A composição do rendimento domiciliar reafirma para esses arranjos familiares o peso importante do rendimento de todos os trabalhos, que representam mais que 80% do rendimento domiciliar para ambos os arranjos referidos nucleados pelo casal, e o pequeno peso das transferências de renda governamentais, menores que 12% (Tabela 8).

**Tabela 7**  
**Valores médios do rendimento domiciliar e de outros tipos de rendimento segundo arranjo domiciliar (\*). Domicílios com acesso a programas de transferência de renda.**  
**Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2006**

Tipo de arranjo domiciliar	Rendimentos Médios					Renda domiciliar per capita
	Todos os trabalhos	Transferencia	Aposentadorias e pensões	Outros rendimentos	Renda domiciliar média	
Casais	696,54	103,30	485,34	188,66	819,30	181,12
Casal sem filhos	471,90	199,63	521,38	91,74	714,84	297,31
Casal com filhos e parentes	704,61	98,04	479,16	193,19	824,99	174,79
Casal até 34 anos com filhos e parentes	628,56	81,49	306,72	185,33	694,40	160,48
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	750,92	87,84	454,51	172,98	860,13	176,44
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	863,97	189,98	576,46	256,36	1.205,10	233,76
Chefe feminina sem cônjuge	518,76	126,70	368,71	186,26	654,69	174,93
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	525,66	120,87	369,19	186,62	670,38	167,22
Chefe feminina unipessoal	147,04	246,08	336,16	169,76	332,91	332,91
Chefe masculino sem cônjuge	648,03	209,36	530,63	136,84	804,26	250,66
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	680,73	187,53	534,28	126,35	886,90	225,11
Chefe masculino unipessoal	160,56	321,06	350,00	200,00	381,42	381,42
Total (1)	649,06	113,30	429,25	186,47	769,16	181,17

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Microdados.

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

(\*) Domicílios até o 8º decil da renda domiciliar per capita.

**Tabela 8**  
**Composição do rendimento domiciliar médio, por tipo de rendimento e de arranjo domiciliar (\*). Domicílios com acesso a programas de transferência de renda.**  
**Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2006**

Tipo de arranjo domiciliar	Todos os trabalhos	Transferencia	Aposentadorias e pensões	Outros rendimentos	Renda domiciliar média
Casais	77,59	12,60	8,95	0,86	100,00
Casal sem filhos	40,45	27,93	31,21	0,41	100,00
Casal com filhos e parentes	79,34	11,88	7,90	0,88	100,00
Casal até 34 anos com filhos e parentes	85,76	11,72	1,80	0,71	100,00
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	82,31	10,21	6,65	0,83	100,00
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	59,89	15,76	22,93	1,41	100,00
Chefe feminina sem cônjuge	58,44	19,34	19,72	2,50	100,00
Chefe feminina sem cônjuge-e/ ou filhos e/ ou parentes	59,55	18,01	19,93	2,51	100,00
Chefe feminina unipessoal	12,77	73,92	11,24	2,07	100,00
Chefe masculino sem cônjuge	56,33	26,03	17,02	0,61	100,00
Chefe masculino sem cônjuge-e/ ou filhos e/ ou parentes	60,12	21,14	18,21	0,53	100,00
Chefe masculino unipessoal	11,31	84,17	2,87	1,65	100,00
Total (1)	72,05	14,72	11,95	1,28	100,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Microdados

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

(\*) Domicílios até o 8º decil de renda domiciliar per capita.

A análise dos arranjos domiciliares mostra que sua composição pode afetar as possibilidades de auferir renda, não apenas porque há maior ou menor proporção de adultos para a geração de renda, mas porque o acesso a determinados recursos também é distinto, correspondendo às etapas do ciclo de vida familiar. Um exemplo disso, como se viu anteriormente, é a composição da renda domiciliar, o tipo de transferência de renda governamental e os benefícios sociais disponíveis em cada etapa do ciclo de vida familiar. Tais fatos não têm contribuído para a redução da desigualdade de renda domiciliar per capita entre os arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais arranjos.

## Considerações finais

A questão que se coloca é que a desigualdade entre os domicílios mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais menos vulneráveis será reproduzida e não reduzida se mantidas as condições atuais. Por um lado em decorrência das disparidades de rendimentos no mercado de trabalho associadas à qualificação, mas também ao gênero e à idade, que limitam a inserção no mercado e a remuneração dos componentes desses tipos de arranjos domiciliares, como visto. Por outro lado, em decorrência da disparidade muito grande no valor das transferências de renda para domicílios em diferentes etapas do ciclo vital familiar. O que se pretende com essa afirmação, é explicitar que as famílias nas etapas: inicial e de consolidação do ciclo vital familiar - nucleadas por casal ou nucleada pela mulher sem a presença de cônjuge -, têm maior acesso ao Programa Bolsa Família, cujo valor da transferência de renda é bastante menor que o valor do salário mínimo, enquanto as famílias com idosos têm acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é equivalente ao valor do salário mínimo. Dessa maneira, não apenas as aposentadorias e pensões contribuem para a desigualdade da distribuição de renda no país, como aponta Hoffmann ao decompor a contribuição de cada parcela na composição do rendimento domiciliar per capita no período 1997-2005 (Hoffmann, 2006). Também a desigualdade do valor das transferências de renda e o acesso diferenciado a elas por domicílios em distintas etapas do ciclo de vida familiar, associados às condições mais desfavoráveis para inserção no mercado e para geração de renda, contribuem para que se reproduzam as condições mais desfavoráveis e a desigualdade de rendimento domiciliar per capita.

## Notas

- <sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latinoamericana de População, realizado em Córdoba, Argentina, de 24 a 26 de setembro de 2008. Apresenta resultados de Projeto de Pesquisa realizado com apoio do CNPq, desenvolvido junto ao NEPP/UNICAMP.
- <sup>2</sup> Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Universidade Estadual de Campinas - NEPP/UNICAMP. Pesquisadora do CNPq. Este artigo contou com o apoio técnico de Marcelo Tavares, estatístico, AT - CNPq - NEPP/UNICAMP.
- <sup>3</sup> Montali, L. Regiões Metropolitanas: mudanças na família e na relação família-trabalho, as condições sociais e as políticas de transferência de renda. Relatório de Pesquisa CNPq, Campinas. NEPP/UNICAMP, abril 2008; Montali, L. e Tavares, M. Família, Pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. NEPP/UNICAMP. Campinas, 2008. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG - Brasil, 29 de setembro - 03 de outubro de 2008.
- <sup>4</sup> O agregado metropolitano do Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE) apresenta algumas distinções em relação à PNAD - IBGE,

pois abrange seis áreas metropolitanas (São Paulo, Porto Alegre, Distrito Federal, Belo Horizonte, Salvador e Recife).

<sup>5</sup> Informações disponibilizadas em <http://www.seade.gov.br>, PED – Regiões Metropolitanas- tabelas 10 e 11. Acesso em 02/04/2008.

<sup>6</sup> Os decís equivalem em reais para o ano de 2004 (em valores de 2006), a: 1º decil: R\$ 83,16; 2º decil: R\$ 129,61; 3º decil: R\$ 177,13; 4º decil: R\$ 228,97; 5º decil: R\$ 291,62; 6º decil: R\$ 378,02; 7º decil: R\$ 503,31; 8º decil: R\$ 705,28; 9º decil: R\$ 1188,07; 10º decil: R\$ 66153,86. Para o ano de 2006 equivalem a: 1º decil: R\$ 106,00; 2º decil: R\$ 160,00; 3º decil: R\$ 212,00; 4º decil: R\$ 271,00; 5º decil: R\$ 350,00; 6º decil: R\$ 433,00; 7º decil: R\$ 575,00; 8º decil: R\$ 800,00; 9º decil: R\$ 1350,00; 10º decil: R\$ 46266,00. O Salário Mínimo no ano de 2004 corresponde a R\$ 260,00 e em 2006 a R\$ 350,00.

## Bibliografia

- ARRIAGADA, I., 2004. Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina, In: Arraigada, I. e Aranda, V. (comp.) *Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces*, Serie Seminarios y Conferencias, CEPAL, nº 42. Santiago de Chile.
- BARROS, R. P.; Foguel, M. N. e Ulyssea, G. (org.), 2006. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA. Volumes 1e 2.
- Dedecca, C., 2006. A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. In: Barros, R. P.; Foguel, M. N. e Ulyssea, G. (org.), 2006. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA.
- DRAIBE, S., 1994. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: Kaloustian, S. M. (org.), 1994. *Família Brasileira a base de tudo*. Brasília: UNICEF, Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_; RIESCO, M., 2006. Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea, *Serie Estudios y Perspectiva*, CEPAL, nº 55, ago. 2006. México, DF.
- FSEADE-DIEESE. *PED: O mercado de trabalho metropolitano 1998-2005*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>, 2007. [Acesso em 02/04/2008].
- \_\_\_\_\_; PED – Regiões Metropolitanas. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. [Acesso em 02/04/2008].
- \_\_\_\_\_; Resultados da Pesquisa de Condições de Vida –PCV 2006-Fundação SEADE. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. [Acesso em 28/03/2008].
- FONSECA, A. M. M., 2001. *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo: Cortez Editora.
- FONSECA, A. M. M.; Cohn, A., 2004. O Bolsa-Família e a Questão Social. *Segundo Workshop Internacional Sobre Transferência Condicional de Renda*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Abril 2004. São Paulo, Brasil.
- HOFFMANN, M.; Mendonça, S., 2003. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, 21-42, São Paulo: USP.
- HOFFMANN, R., 2006. Transferências de Renda e Rdução da Desigualdade no Brasil e em cinco Regiões, entre 1997 e 2005. Barros, R. P.; Foguel, M. N. e Ulyssea, G. (org.). 2006. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA. Volume 2.

- IBGE-MDS., 2008. Acesso a transferências de renda de programas sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 2006. Rio de Janeiro, IBGE.
- IPEA., 2007. Edição Especial – *Boletim de Políticas Sociais*, n.13. Edição Especial 2007. Brasília: IPEA.
- JELIN, E., 2005. Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales: Hacia una nueva agenda de políticas públicas. In: CEPAL. *Reunión de Expertos: Políticas Hacia Las Familias, Protección E Inclusión Sociales*, Buenos Aires, Argentina, 28 y 29 de jun. 2005. CONICET- Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Buenos Aires. CEPAL.
- LEONE, E. T., 2003. Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas do Brasil. In: Proni, Marcelo W. e Henrique, Wilnês (orgs.) *Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP.
- LEONE, E. T.; Hoffmann, R., 2004. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, v. 14 (2), Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.
- MONTALI, L., 2000. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração nas condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev. 2000, v. 15 (42), pp. 55-71.
- \_\_\_\_\_, 2003. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 17(2), pp.123-135.
- \_\_\_\_\_, 2004a. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21(2), jul/dez. 2004a.
- \_\_\_\_\_, 2004b. Precarização do Trabalho, Desemprego e os Rearranjos de Inserção Familiares - 1985 a 2000. Relatório de Pesquisa CNPq, jun. 2004b, Campinas. NEPP/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_, 2006. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População* – ABEP, v. 23 (2), pp. 223-245.
- \_\_\_\_\_, 2008. Regiões Metropolitanas: mudanças na família e na relação família-trabalho, as condições sociais e as políticas de transferência de renda. Relatório de Pesquisa CNPq, abril 2008, Campinas. NEPP/UNICAMP.
- MONTALI, L. e Tavares, M., 2007. Famílias Metropolitanas: precarização do trabalho e empobrecimento. In: *Seminário População, Pobreza e Desigualdade* - ABEP, Belo Horizonte - MG. 05-06 de novembro de 2007.
- \_\_\_\_\_, 2008. Família, Pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais* - ABEP, Caxambu -MG. 29 de setembro - 03 de outubro de 2008.
- POCHMANN, M., 2001. *A metrópole do trabalho*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- ROCHA, S. 2003. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV.
- \_\_\_\_\_, 2006. Os “Novos” Programas de transferências de renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. In: Barros, R. P; Foguel, M. N. e Ulyssea, G. (org.), 2006. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA. Volume 2.
- \_\_\_\_\_, 2006a. *Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Socie-

- dade, Disponível em: [http://www.iets.org.br/biblioteca/Transferencias\\_de\\_renda\\_focalizadas.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/Transferencias_de_renda_focalizadas.pdf).
- SCHWARTZMAN, S., 2006. *Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda*, Versão 3, 13 de fev. 2006. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.
- SOARES, F. V., et al., 2006. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade, Texto para Discussão (n. 1228), Brasília: IPEA.
- Soares, P. Pobreza cai ao menor nível desde 1987. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, 19 de setembro de 2007, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/isp/dinheiro/fi1909200732.htm> [Acesso: 15/10/2007].
- SOARES, S., 2008. O Ritmo da Queda da Desigualdade no Brasil é Adequado? Evidências do contexto histórico e internacional, Texto para Discussão (n. 1339), Brasília: IPEA.
- WAJNMANN, S., Turra, C., Agostinho, C., 2006. Estrutura Domiciliar e Distribuição de Renda Familiar no Brasil. In: Barros, R. P; Foguel, M. N. e Ulyssea, G. (org.), 2006. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA. Volume 2.